

BASES HISTÓRICAS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA ESPANHOLA: REVOLUÇÃO, GUERRA CIVIL E CRISE DO FRANQUISMO

Ana Lucia Gomes Muniz¹

Grupo de Trabalho: *Estado e Sociedade Civil nos processos de transições políticas no contexto da mundialização*

Resumo: Este trabalho procura mostrar como grande parte dos estudos histórico-historiográficos relativos à guerra civil e à transição política na Espanha constituiram-se em versões oficiais de ambas e atenderam menos à pesquisa histórica do que o fizeram em relação às necessidades do Estado e governos que se sucederam naquele país a partir de 1977.

Palavras-chave: transição política – franquismo - historiografia

Apenas em dois momentos, ao longo do século XX, segundo o historiador catalão Xavier Tusell, a Espanha assumiu um indiscutível protagonismo histórico, fazendo com que para ela convergisse a atenção da opinião pública mundial: o primeiro, entre os anos de 1936 e 1939, ou seja, durante a Guerra Civil Espanhola e o segundo, entre 1975 e 1982, na chamada transição política da ditadura franquista à democracia. A escolha de tais datas que obviamente procuram delimitar o início e o fim dos mencionados processos, além de ser a periodização comumente adotada por uma parcela significativa dos estudiosos de ambos os temas, todavia mascara e, em certos casos, chega inclusive a omitir acontecimentos e aspectos cujo conhecimento poderia lançar um pouco mais de luz a processos cuja transcendência histórica é inegável.

Categoricamente, o mencionado historiador afirma: “a guerra civil fez desaguar maiores rios de tinta do que um acontecimento que, em suma, concluiu bem”, referindo à transição política e conclui (não sem antes citar Vargas Llosa, para quem “os intelectuais são amantes das catástrofes”): “caso o resultado da transição fosse adverso, esta teria sido glorificada. Não obstante, a transição se fez em paz e sem grandes traumas sociais”. Referindo-se à Guerra Civil Espanhola sentencia: “os espanhóis foram sujeitos passivos das tensões mundiais, além de protagonistas mui pouco exemplares das tensões do momento” e acrescenta: “o protagonismo espanhol fora resultado de se haver convertido em campo de batalha da Europa e, em última instância, de todo o mundo”. (TUSELL, 1986: 12)

Em contrapartida, o caráter exemplar da transição política reside precisamente na possibilidade de sua integração ao fenômeno que denomina “a difusão da democracia” para finalmente concluir: “os historiadores do futuro provavelmente definam o passado humano como uma marcha para a liberdade e assinalem o passo decisivo que, em favor desta, foi dado nas últimas três décadas do século XX”. (TUSELL, 1991: 13)

Xavier Tusell integra, como um de seus mais destacados representantes, uma corrente historiográfica precisa, na qual análises, abordagens e, sobretudo, interpretações, constroem-se a partir da oposição entre a transição política e a guerra civil espanholas. Historiografia de recente surgimento, a ela coube a construção de uma história oficial da transição, versão esta que, para vir à luz, dependeu do obscurecimento

¹ Doutora em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPG-DH-FFLCH/USP). Docente do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT). anamuniz@uft.edu.br

da história da guerra civil, isto é, primeiro era preciso também construir uma história oficial daquele conflito.

Os maiores méritos pela criação de tais histórias oficiais são da jovem geração de historiadores, particularmente espanhóis contemporâneos da crise da ditadura franquista aberta em inícios da década de 1970 e, por conseguinte, da transição democrática que mereceria uma denominação mais precisa, pois se tratou de uma transição para uma monarquia constitucional parlamentar, cuja restauração deu-se pelas mãos do próprio general Franco em finais da década de 1960.

Integrante de uma vertente não apenas historiográfica, mas também teórica e assaz distinta daquela de Tusell, Joseph Fontana, também ele catalão e dedicado aos estudos sobre a guerra civil, franquismo e transição política, chama a atenção para o dado de que “as reconstituições históricas são tributárias das opções político-culturais do presente, na medida em que, através de uma determinada interpretação do passado, procura-se fundamento e legitimação para uma dada abordagem dos conflitos atuais”. (FONTANA, 1982: s.n.p.) É, pois, a partir do estudo da obra de Fontana que se pode inquirir sobre a operacionalidade das histórias oficiais, nas quais são patentes as vantagens que têm os historiadores da guerra civil, uma vez que, se a transição política completa trinta anos, já a guerra civil acaba de ultrapassar oito décadas, acaso considerado o advento da II República como marco fundamental e primeiro de um processo do qual a guerra civil, embora parte importante, não chega a representar o todo.

A indiscutível superioridade numérica dos estudos histórico-historiográficos da guerra civil comparados à transição política explica-se parcialmente por esta vantagem dada pelo tempo, mas não somente por isso. Um aspecto que merece destaque no tocante às publicações é a extrema rapidez com que aparecem. Em alguns casos, antes mesmo do desfecho da guerra em 1939. Tais publicações resultam de abordagens e interpretações bem diferentes e lançam mão de uma periodização igualmente distinta. Nelas se observa a ênfase colocada na análise do processo revolucionário espanhol contemporâneo, em que a proclamação da república em 1931 e a irrupção da revolução, precipitada pelo golpe de Estado de julho de 1936 que tem seu trágico desfecho em 1937 pelas mãos do governo de frente popular eleito no ano anterior são marcos muito mais significativos.

A difícil construção de uma história oficial da transição esbarra em um problema de natureza teórico-metodológica, pois, se a revolução e a guerra civil tiveram prontamente reconhecido seu conteúdo histórico, o mesmo não ocorreria com a transição. Repetidas vezes se vê, inclusive em obras que reafirmam tal conteúdo, a preocupação de seus autores em justificá-la como tal. Em *Transición y Democracia (1973-1985)*, uma das poucas obras de síntese àquela dedicada, seu organizador explicita o problema: “a empresa apresentava suas dificuldades e oferecia diversos motivos de dúvida. Seria verdadeiramente história? Como solucionar a carência de arquivos oficiais para consultar? Por acaso os fatos não estariam demasiado próximos de nós?” E acrescentava outro agravante: “queira-se ou não, encontramos-nos em um terreno disputado por historiadores, economistas, cientistas políticos, sociólogos, demógrafos e jornalistas, o que torna mais difícil que nunca o rigor e o distanciamento que devem ser exigidos do historiador profissional”. (TUÑÓN DE LARA, 1991: 6)

Quanto às fontes necessárias a uma história da transição, Manuel Tuñón de Lara se encarrega de catalogá-las. Há fontes orais e escritas disponíveis à consulta: documentos das duas últimas décadas, textos legais, estatísticas, orçamentos, debates parlamentares, estudos monográficos, memórias e testemunhos, sem contar a quase exaustiva coleção de publicações jornalísticas. Quanto a ser ou não história, Tuñón de

Lara transforma a inquietude em uma indagação muito mais importante e pertinente: “o que significou a transição para a história da Espanha?”, já que, ao contrário do que parece a primeira vista, “não se trata apenas de um problema conjuntural, mas de algo mais complexo”, isto é, embora não deixando de ser uma conjuntura, o alcance de suas mudanças “incide no *trend* secular e inclusive na longa duração”, já que “toda a grande temática do século XX espanhol esteve em jogo na transição: legitimidade... origem e exercício do poder, a sociedade, o homem e o Estado e suas inter-relações. No fundo é a grande temática da modernização, por conseguinte, o enfrentamento entre modernização e tradição”. (TUÑÓN DE LARA, 1991: 71) Temática esta que, traduzida em um de seus componentes, esteve na base do enfrentamento que marcou a década de 1930, a disputa entre monarquia e república.

O impacto internacional provocado pela crise e ocaso da ditadura franquista, com o qual foi possível a abertura de um processo de transição política é indiscutível. Comprova-o surgimento – por certo tempo – de um número sempre crescente de publicações. Não obstante, são muitas as lacunas e notáveis as desigualdades visíveis no conjunto da bibliografia da transição. São inúmeras as análises do fenômeno, porém, de pontos de vista específicos: econômico, político, jurídico, sociológico. Em contrapartida, são poucas as obras que conseguem fazer de tais análises um conjunto mais harmônico, assim permitindo uma maior compreensão do processo de transição. *La transición democrática española* aparece como uma tentativa de superar tamanhos desequilíbrios bibliográficos, através de uma contribuição interdisciplinar sobre a transição, em que a abordagem se faz pelo viés de distintas especialidades. Porém, a quase total ausência de historiadores não deixa de chamar a atenção.

Uma das poucas obras no gênero publicadas no Brasil, ao menos até recentemente, *A transição que deu certo. O exemplo da democracia espanhola* segue nesta direção. E não por mera coincidência, publicada no ano das primeiras eleições presidenciais diretas neste país. Entre dez trabalhos, encontra-se um único realizado por um historiador, porém, anteriormente publicado na Espanha em 1979 e intitulado *España: de La dictadura a la democracia*. A publicação brasileira contou ainda com uma apresentação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, além de um prefácio, assinado por Adolfo Suárez, elemento-chave na condução do processo de transição política na Espanha, sobretudo entre 1976-1981. Ambos fazem ampla defesa da transição como modelo, coincidindo com os autores de *Transições do regime autoritário*, obra em quatro volumes que, assim como na primeira, são escassos os historiadores e a transição espanhola é definitivamente consagrada como processo modelar.

A transição espanhola, na maioria dos casos, é apresentada como modelo perfeito de passagem de um regime autoritário a outro democrático. Desse modo, seu significado já ultrapassa largamente os limites dados por uma determinada conjuntura política para projetar-se como acontecimento histórico de primeira magnitude, haja vista ter servido de modelo para processos políticos similares na América do Sul (como é o caso da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), ocorridos pouco depois do início da transição espanhola. Portanto, não é de causar estranheza que a maior parte da bibliografia existente a seu respeito tenha sido produzida por sociólogos e cientistas políticos que, debruçados sobre o *exemplo* espanhol, entenderam-no como modelo a ser seguido por países naquela ocasião defrontados a problemas semelhantes.

Evidentemente, não se trata de desmerecer trabalhos de cunho sociológico e político, mas de apontar os limites de tais abordagens. Esta limitação pode ser resumida no obscurecimento e mesmo na supressão do significado histórico mais amplo da transição, em nome do caráter mais urgente e imediato das lições políticas que dela

poderiam ser retiradas. Cabe, portanto, voltar àquela indagação de Tuñón de Lara, sobre o significado histórico da transição. Este significado corporifica-se no fato de a transição haver conciliado os termos da polarização monarquia *versus* república ou, como sugere o autor, tradição *versus* modernização. Em outras palavras, trata-se da mesma polarização que, em 1936, concluiu a guerra civil ou, acaso se queira maior exatidão, fizera irromper a revolução social na Espanha.

Cabe ainda perguntar-se como foi possível esta conciliação histórica de termos antitéticos e ainda, em que medida essa conciliação concretamente refletiu o que foi o processo de transição política na Espanha. Respostas para estas questões só podem ser dadas por meio de uma abordagem histórica do processo, com orientação teórico-metodológica graças à qual seja possível detectar suas mais profundas contradições para então precisar os mecanismos com os quais foram atacadas pelo conjunto das instituições e da sociedade civil espanholas. Em seguida, por meio desta abordagem, determinar em que medida as contradições, que irrompem com a revolução e a guerra civil, e são aparentemente solucionadas por quatro longas décadas de ditadura, foram verdadeiramente superadas sob a transição.

Publicada no ano da primeira vitória eleitoral do *Partido Obrero Socialista Español* (PSOE), uma obra produzida por um coletivo que reuniu jornalistas, economistas e historiadores ibero-americanos e cuja proposta era a de apresentar um balanço da transição, respondia às questões levantadas e apontava caminhos para a solução dos problemas suscitados pelos estudos acerca dela:

“sob uma fisionomia diferente do passado, mas sem variar em sua essência, o problema das nacionalidades oprimidas, da propriedade da terra, das desigualdades extremas do desenvolvimento econômico, assim como a ausência de uma representação política unificada da burguesia, apresenta-se como obstáculo para assentar-se a dominação capitalista no marco de um regime que introduziu o princípio de representação popular, ainda que submetida ao poder fundamental encarnado nas Forças Armadas”. (ORGANIZACIÓN SOCIALISTA REVOLUCIONARIA, 1982: s.n.p.)

Sabidamente, a materialização de uma história oficial da transição política requeria a construção prévia de uma versão tão oficial quanto possível da guerra civil e a necessária confrontação entre ambas a partir da concepção de um modelo histórico perfeito de amplitude mundial no qual imperasse a reconciliação, tornando-o capaz de enfrentar o seu contrário, a revolução e a guerra civil, nas quais primara o irreconciliável. É a conciliação que dá, na perspectiva de tal abordagem, o tom do processo de transição política e é o que abre caminho rumo ao que analistas políticos, mas também historiadores persistiram em considerar como a transição mais bem-sucedida entre autoritarismo e democracia na contemporaneidade.

O chamado à reconciliação nacional, marca a transição desde o início e é inquestionável mérito das duas mais importantes correntes da esquerda espanhola, PSOE e PCE, ou seja, a social-democracia e o stalinismo. Teve como sua expressão política a assinatura dos Pactos de Moncloa em 1977. Neles, a monarquia, previamente instaurada por Franco em 1969, a esquerda e a direita comprometeram-se a sustentar conjuntamente o novo regime constitucional monárquico. Historicamente, os Pactos de Moncloa significaram a renúncia, por parte das esquerdas, na medida em que aceitaram o princípio monárquico, àquela que estivera na base do enfrentamento político da década de 1930: a república. A tradução historiográfica deste fato político é justamente a versão que identifica a guerra civil como guerra fratricida e, na medida em que esta

versão se consolida, eventos, fatos e processos que precipitaram a guerra civil e a revolução social tendem a ser compreendidos como a “entronização da irracionalidade” ou o “primado da emoção sobre a razão” que se apoderam da maioria dos dirigentes e militantes e, com frequência, das massas.

Em contrapartida, uma abordagem histórica da revolução e da guerra civil tanto quanto da transição que tenha por finalidade a aproximação e o resgate de tais processos, conseqüentemente os trás à tona como expressões de uma profunda cisão social que se vai desenvolvendo ao longo da histórica contemporânea espanhola, praticamente desde finais do século XIX, assumindo formas políticas específicas em conformidade com as tradições geradas pelas diversas classes sociais, grupos e nacionalidades presentes e atuantes em cada conjuntura e contexto. Torna-se, pois, necessário adotar um método, na medida em que, uma história cuja proposta seja a de resgatar processos integralmente, pressupõe, de imediato, o confronto crítico com a noção de totalidade. Tal proposta, no momento em que se vê confrontada a episódios cuja relevância ultrapassa o marco nacional espanhol para projetar-se mundialmente, obriga a considerar que se trata de uma história simultaneamente específica e comparada. Específica na medida em que se está diante de uma formação social precisa, onde a compreensão de determinados fenômenos da história espanhola implica também no entendimento das tradições geradas pelo movimento operário e camponês daquele país e pelo enfrentamento de distintas classes sociais ao longo de sua história. Comparada na medida em que a história espanhola, principalmente a partir da revolução e da guerra civil, põe em movimento uma série de conceitos universais como república, monarquia, ditadura, democracia, socialismo, fascismo...

A abordagem histórica de um caso nacional, como é o da transição, não pode deixar de ser comparada e isto se justifica duplamente, pois também são universalmente atribuídas funções modelares à transição espanhola. Da relação dialética estabelecida entre o específico e o geral, entre o particular e o universal se pode chegar a uma compreensão histórica da transição e, por conseguinte, da guerra civil suficientemente imune à parcialidade e à unilateralidade.

Impõe-se, sobretudo, ao invés de se abordar a transição como antítese da revolução e da guerra civil, apresentá-la como essencialmente herdeira das contradições históricas (portanto das contradições de classe) que levaram àquelas. Contradições mal-encobertas e disfarçadas quando se fala em ditadura *versus* república, que serão brutalmente resolvidas por quatro décadas e em conformidade com a derrota da revolução e o desfecho da guerra civil, ou seja, pela ditadura franquista. Esta operação tem dupla finalidade: de um lado, permite reabilitar a revolução e a guerra civil naquilo que é seu conteúdo social profundo, isto é, seu conteúdo de classe, e, de outro, determinar as contradições centrais do processo histórico espanhol e verificar, até que ponto, a transição política lhes deu solução para, em caso afirmativo, verificar se não seriam elas também soluções transitórias.

Por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Francisco Franco em 1995, publicou-se no Brasil uma coletânea de artigos intitulada *O fim das ditaduras em Espanha e Portugal*. Diferentemente dos exemplos anteriores, seus autores compunham-se majoritariamente de historiadores que também tinham em comum a preocupação de tratar o processo de transição política na Espanha sem apresentá-lo simplesmente como *transição para a democracia*, pois isto implicava “um *parti-pris* ideológico, com base no pressuposto da democracia como o regime político ideal e como decorrência lógica da integração à Comunidade Econômica Européia”. (COGGIOLA, 1995: 35)

Formulava-se, à ocasião, uma crítica contundente endereçada a certas análises de diferentes processos de transição política nas quais

“obsta-se, de um lado a pesquisa histórica: ao minimizar os conflitos sociais (desconsiderando a luta de classes ou considerando-a um elemento subordinado ao ‘percurso lógico’ em direção à democracia, ignora-se o conjunto de contradições históricas que estiveram na base desses processos e que determinaram todo o seu desenvolvimento. Mas também inviabiliza a análise política, ao ignorar o conjunto das características marcantes que impedem, até hoje, de considerar os regimes políticos resultantes como democráticos, muito embora os titulares do poder político se definam como ‘democratas’, ou ainda melhor (ou pior), como ‘socialistas’”. (COGGIOLA, 1995: 35)

Além da construção da história oficial, tanto da revolução e da guerra civil quanto da transição política foi preciso também alimentar o enfrentamento teórico e historiográfico. Incorreu-se até mesmo na promoção deliberada de certa confusão entre os historiadores no tocante a importantes aspectos da ditadura militar na Espanha, especialmente em relação à natureza política do regime de Franco e, décadas mais tarde, às causas de sua crise. A título de exemplo, Tuñón de Lara classifica-o como *fascismo agrário* e enfatiza seus aspectos totalitários. Para Raymond Carr, trata-se propriamente de um regime *nacional-católico* que evolui à *democracia orgânica*. Émile Témime destaca a evolução de uma *ditadura totalitária e autárquica* à *ditadura tecnocrática*. Sergio Vilar chama-o simplesmente *regime autoritário*, enquanto Ricardo de La Cierva denomina-o *autoritarismo paternalista*. No campo da Sociologia e da Ciência Política, impera a definição do franquismo como *regime autoritário*, desde Juan B. Linz, responsável pelas primeiras tentativas de conceituar o franquismo. Aí se encontram inseridos Guillermo O’Donnell e historiadores como o já mencionado Xavier Tusell.

A crise do franquismo está inscrita em um quadro de transformações históricas de amplitude mundial: uma nova configuração política decorrente do fim dos chamados anos dourados do capitalismo. Ao longo de quase quarenta anos, a ditadura franquista paulatinamente vai abandonando ou atenuando aquelas que eram inicialmente suas características autárquicas e totalitárias até a adoção de políticas que a aproximaram do *modelo* ocidental de crescimento e liberalização econômica, pois a “Espanha não pode, com o franquismo ou anteriormente, isolar-se do restante do mundo do qual depende, em primeiro lugar, para sua sobrevivência e, em seguida, para qualquer tentativa de modernização”. Vencida a etapa de isolamento que marcaram a primeira década, a afluência de capitais estrangeiros e a prosperidade econômica mundial se constituem nas condições que permitirão a retomada da tarefa modernizadora do país. Trata-se de necessidades econômicas, acima dos princípios políticos, que tornam inevitável a transformação da sociedade espanhola. Mas não se pode deixar de “distinguir cuidadosamente o que é a própria essência do regime, a ditadura de um homem e a recusa a qualquer forma de pluralismo político, de suas sucessivas transformações, fruto de uma evolução imposta pelas circunstâncias”. (TÉMIME, 1985: 318).

Presencia-se, no chamado franquismo tardio, quando seus anacronismos históricos são mais do que patentes, a decadência das forças tradicionais. O poder dos grandes latifundiários foi reduzido e seus herdeiros buscam no mundo financeiro as novas bases para perpetuar seu poder. Camponeses e trabalhadores rurais estão numericamente reduzidos em decorrência do processo migratório. Ascendem as classes médias urbanas e se encontra plenamente constituída uma poderosa classe operária. Madri e Barcelona convertem-se em cidades que abrigam um expressivo número de

operários ao passo em que se tornam ainda maiores os problemas relativos à escassez de direitos sociais. Paralelamente, o turismo concorre para o rompimento de tradições, costumes e preconceitos inerentes a uma sociedade profundamente marcada pela reação religiosa. Medo e resignação, alimentados por anos de selvagem repressão cedem lugar a contraditórios desejos de ordem e liberdade.

Em seus últimos anos, no chamado *franquismo sem Franco*, a crise atinge não somente a economia, mas o conjunto das instituições do regime. Cresce a agitação no país. O movimento operário enfrenta cotidianamente as forças repressivas do Estado que, no Euskadi praticamente se transformaram em exército de ocupação. Forças paramilitares, novas leis antiterrorismo estendem ao Estado Espanhol aquela que era uma legislação anteriormente aplicada apenas ao País Basco e expõem as organizações (clandestinas) e partidos (em parte clandestinos) de esquerda à total ação policial repressiva. Em resposta à repressão desenfreada generalizam-se, pela primeira vez, greves em todo o país. Mas é a monarquia a instituição que viria a assumir a tarefa de dar continuidade ao *franquismo sem Franco*.

Por fim, após intensa agitação popular, manifestações de massas em favor da anistia aos prisioneiros políticos, clamores pela concessão de estatutos autonômicos, especialmente na Catalunha e País Basco e uma sucessão de greves ao longo do ano de 1976, em que pese suas exigências por transformações políticas *de fato*, firmou-se o acordo entre a monarquia, dirigentes políticos dos principais partidos de esquerda – que abdicaram daquela que fora uma das mais importantes aspirações contemporâneas da classe operária espanhola, ou seja, a República - somados a eminentes lideranças governamentais oriundas do franquismo. Assim teve início a transição política espanhola *inacabada* com as eleições realizadas em junho de 1977 que ainda está por concluir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARR, Raymond & FUSI, Juan Pablo. *España de la dictadura a la democracia*. Barcelona: Planeta, 1979.
- CIERVA, Ricardo de la. *La derecha sin remedio (1801-1987)*. Barcelona: Plaza i Janés, 1987.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *O fim das ditaduras em Espanha e Portugal*. São Paulo: Xamã, 1995.
- DUPAS, Gilberto (Org.). *A transição que deu certo*. O exemplo da democracia espanhola. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- FONTANA, Joseph. *Historia. Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica, 1982.
- FONTANA, Joseph. *España bajo el franquismo*. Barcelona: Crítica, 1986.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence (Eds.). *Transições do regime autoritário. Sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988.
- TÉMIME, Émile; BRODER, Albert & CHASTAGNARET, Gérard. *Historia de la España Contemporánea*. Barcelona: Ariel, 1985.
- TEZANOS, José Félix; COTARELO, Ramón & BLAS GUERRERO, Andrés (Orgs.). *La transición democrática española*. Madrid: Sistema, 1993.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel; JULIÁ, Santos et al. *Transición y Democracia (1973-1985)*. Barcelona: Labor, 1991.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel & BIESCAS, José António. *España bajo la dictadura franquista (1939-1975)*. Barcelona: Labor, 1980.
- TUSELL, Xavier. *La Transición a la Democracia*. Madrid: Historia 16, 1986.

TUSELL, Xavier. *Los hijos de la sangre*. Madrid: Espasa/Calpe, 1991.

VILAR, Sergio. *La década sorprendente, 1973-1986*. Barcelona: Planeta, 1987.